

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

v. 21 – n. 127

novembro/janeiro 2026

Repositório Autorizado de Jurisprudência

Supremo Tribunal Federal – nº 38/2007

Superior Tribunal de Justiça – nº 58/2006

Classificação Qualis/Capes: B1

Editor

Fábio Paixão

Coordenadores

Carlos Eduardo Adriano Japiassú – Oswaldo Henrique Duck Marques

Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado

Conselho Editorial

Alice Bianchini – André Vinícius Espírito Santo de Almeida – Aury Lopes Júnior
Carlos Ernani Constantino – Carolina Alves de Souza Lima – Celso de Magalhães Pinto
César Barros Leal – Cesar Luiz de Oliveira Janoti – Cezar Roberto Bitencourt
Claudio Brandão – Édson Luís Baldan – Eduardo Saad Diniz – Elias Mattar Assad
Eloisa de Souza Arruda – Ester Kosovski – Eugenio Raúl Zaffaroni (Argentina)
Fernando Capez – Fernando da Costa Tourinho Filho – Fernando de Almeida Pedroso
Fernando Gentil Gizzi de Almeida Pedroso – Gisele Mendes de Carvalho
Guilherme de Souza Nucci – Gustavo Octaviano Diniz Junqueira
Jacinto Nelson de Miranda Coutinho – João Mestieri – José Carlos Teixeira Giorgis
Luciano de Freitas Santoro – Luiz Flávio Borges D'Urso
Marco Antonio Marques da Silva – Marcus Alan de Melo Gomes – Michele Cia
Nadia Espina (Argentina) – Orlando Faccini Neto – Oswaldo Giacoia Júnior
Paulo Henrique Aranda Fuller – Raúl Cervini – Renato Marcão
Rômulo de Andrade Moreira – Ryanna Pala Veras – Sergio Demoro Hamilton
Tiago Caruso Torres – Umberto Luiz Borges D'Urso

Colaboradores deste Volume

Alana Gomes Assencio – Alexandre Rocha Almeida de Moraes
Beatriz dos Santos Funcia – Eduardo João Gabriel Fleck S. Abreu
Guilherme Lopes Felicio – Humberto Barrionuevo Fabretti
Lívia Cardoso Louzada – Lygia Maria Copi – Marina Bugni Sagges
Michel Canuto de Sena – Milena Rodrigues Nascimento
Nathália Hovsepian de Souza Furtado – Raphael Boldt de Carvalho
Sthefano Scalon Cruvinel – Vinícius Affonso Carvalho de Souza

© Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

Publicação trimestral da Editora Magister à qual se reservam todos os direitos, sendo vedada a reprodução total ou parcial sem a citação expressa da fonte.

A responsabilidade quanto aos conceitos emitidos nos artigos publicados é de seus autores.

Artigos podem ser encaminhados para o e-mail: editorial@editoramagister.com.
Não devolvemos os originais recebidos, publicados ou não.

As íntegras dos acórdãos aqui publicadas correspondem aos seus originais, obtidos junto ao órgão competente do respectivo Tribunal.

Esta publicação conta com distribuição em todo o território nacional.

A editoração eletrônica foi realizada pela Editora Magister, para uma tiragem de 3.100 exemplares.

Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal

n. 1 (ago./set. 2004)–.– Porto Alegre: Magister, 2004–

Trimestral. Coordenação: Carlos Eduardo Adriano Japiassú, Oswaldo Henrique Duek Marques e Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado.

n. 127 (nov./jan. 2026)

ISSN 1807-3395

1. Direito Penal – Periódico. 2. Direito Processual Penal – Periódico.

CDU 343(05)

Ficha catalográfica: Leandro Augusto dos S. Lima – CRB 10/1273

Capa: Editora Magister

Editora Magister

Diretor: Fábio Paixão

Alameda Coelho Neto, 20
Boa Vista – Porto Alegre – RS – 91340-340

Apresentação

É com grande satisfação que apresentamos a centésima vigésima sétima edição da *Revista Magister de Direito Penal e Processual Penal*, destinada a contribuir para aperfeiçoar as ciências penais e processuais penais.

Abrimos a seção de *Doutrina* com o estudo intitulado “A notificação obrigatória do SUS em casos de abortamento por estupro: violência institucional, revitimização e proteção deficiente do Estado”, de autoria de Alexandre Rocha Almeida de Moraes e Marina Bugni Sagges. A pesquisa analisa a exigência de notificação compulsória pelo SUS à autoridade policial nos casos de abortamento legal decorrente de estupro, concluindo que a comunicação compulsória viola direitos fundamentais da mulher, especialmente a dignidade da pessoa humana, a autonomia e o sigilo profissional, além de potencializar a vitimização secundária.

Em seguida, Eduardo João Gabriel Fleck S. Abreu e Nathália Hovsepián de Souza Furtado participam da edição com o artigo “Tribunal Penal Internacional: avanços e desafios à prevenção e punição ao genocídio”. O texto analisa a trajetória histórica e jurídica que culminou na criação do Tribunal Penal Internacional, com especial enfoque em sua atuação na prevenção e punição do crime de genocídio. A pesquisa aborda os principais marcos internacionais que antecederam a consolidação do TPI.

A revista prossegue com o texto “A utilização de câmeras corporais como meio de prova no processo penal: uma análise dos critérios de admissão e validade”, escrito por Humberto Barrionuevo Fabretti e Beatriz dos Santos Funcia. O objeto primordial dos autores é analisar o impacto jurídico da obtenção das imagens pela utilização das câmeras corporais, acopladas nos uniformes dos agentes de segurança, no processo penal, sendo uma expressão da complexidade que permeia a interseção entre tecnologia e Direito, em especial quanto à manifestação do poder punitivo e sua influência na esfera de liberdade de uma pessoa.

Guilherme Lopes Felício e Alana Gomes Assencio discorrem sobre a compatibilidade entre menores exigências probatórias e a manutenção da estrutura garantista do processo penal democrático, no estudo intitulado “A flexibilização do *standard* probatório nos crimes sexuais: análise entre a redução da impunidade e a preservação das garantias do processo penal democrático”.

Seguimos com o artigo “Cadeia de custódia em provas digitais: a urgência de um paradigma interdisciplinar para além do processo penal”. Os autores, Michel Canuto de Sena e Sthefano Scalon Cruvinel, analisam a cadeia de custódia em provas digitais e a urgência e necessidade de um paradigma interdisciplinar para além do Processo Penal. Concluem que a falha ou a falta de procedimentos técnicos forenses leva a não confiabilidade das provas, bem como à maculação integral do processo.

Na sequência, temos o estudo apresentado por Livia Cardoso Louzada, que se intitula “Interrupção de suportes artificiais de vida: um debate ético, jurídico-constitucional e penal”. A autora objetivou investigar, de forma aprofundada, os limites e as implicações jurídico-penais da interrupção de suportes artificiais de nutrição e hidratação, contemplando todos os tipos de suportes artificiais de vida.

Dando continuidade, temos o texto de Milena Rodrigues Nascimento e Raphael Boldt de Carvalho. No estudo, intitulado “Desafios para a criminalização da violência obstétrica no Brasil”, os autores abordam a violência obstétrica como uma das formas de violência contra a mulher, enquadrando-a dentro do contexto da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006). A pesquisa discute a evolução histórica do parto, destacando a transição do ambiente domiciliar para o hospitalar, e os impactos negativos da medicalização excessiva na autonomia feminina.

Finalizamos a edição com o artigo “A fase plenária do Tribunal do Júri sob a ótica do modelo processual penal constitucional”, de autoria de Lygia Maria Copi e Vinícius Affonso Carvalho de Souza. O estudo analisa criticamente a fase plenária do Tribunal do Júri brasileiro, conforme definida pelo Código de Processo Penal, à luz da Constituição da República de 1988, com foco na compatibilidade do modelo atual com direitos e garantias fundamentais ao processo penal democrático e o sistema acusatório a ele vinculado.

Como coordenadores, estamos convencidos da excelência e atualidade dos textos apresentados, cuja leitura será, sem dúvida, de grande interesse para os estudiosos das ciências penais e processuais penais.

Carlos Eduardo Adriano Japiassú

Oswaldo Henrique Duek Marques

Regina Helena Fonseca Fortes-Furtado

Sumário

Doutrina

1. A Notificação Obrigatória do SUS em Casos de Abortamento por Estupro: Violência Institucional, Revitimização e Proteção Deficiente do Estado
Alexandre Rocha Almeida de Moraes e Marina Bugni Sagges 7
2. Tribunal Penal Internacional: Avanços e Desafios à Prevenção e Punição ao Genocídio
Eduardo João Gabriel Fleck S. Abreu e Nathália Hovsepian de Souza Furtado 26
3. A Utilização de Câmeras Corporais como Meio de Prova no Processo Penal: uma Análise dos Critérios de Admissão e Validade
Humberto Barrionuevo Fabretti e Beatriz dos Santos Funcia 43
4. A Flexibilização do *Standard* Probatório nos Crimes Sexuais: Análise entre a Redução da Impunidade e a Preservação das Garantias do Processo Penal Democrático
Guilherme Lopes Felicio e Alana Gomes Assencio 61
5. Cadeia de Custódia em Provas Digitais: a Urgência de um Paradigma Interdisciplinar para Além do Processo Penal
Michel Canuto de Sena e Sthefano Scalon Cruvinel 81
6. Interrupção de Suportes Artificiais de Vida: um Debate Ético, Jurídico-Constitucional e Penal
Livia Cardoso Louzada 93
7. Desafios para a Criminalização da Violência Obstétrica no Brasil
Milena Rodrigues Nascimento e Raphael Boldt de Carvalho 121
8. A Fase Plenária do Tribunal do Júri sob a Ótica do Modelo Processual Penal Constitucional
Lygia Maria Copi e Vinicius Afonso Carvalho de Souza 143

Jurisprudência

1. Supremo Tribunal Federal – Expropriação de Imóvel Utilizado para Cultivo de Planta Psicotrópica. Art. 243 da CF. Reabertura de Oportunidade de Defesa ao Proprietário Concedida pelo Tribunal de Origem. Acórdão Recorrido em Conformidade com a Jurisprudência do STF (Tema 399/RG). Discussão Sobre o Rito Processual. Matéria Infraconstitucional. Recurso ao qual se Nega Seguimento
Rel. Min. André Mendonça 164
2. Superior Tribunal de Justiça – Revisão Criminal. Crime de Estelionato Contra a Administração Pública. Acordo Fraudulento de Rescisão Contratual Trabalhista. Art. 484-A da CLT. Alegada *Abolitio Criminis*. Não Ocorrência. Condenação Baseada em Conjunto Probatório Harmônico. Revolvimento de Matéria Fático-Probatória. Inadmissibilidade. Recurso Improvido
Rel. Min. Sebastião Reis Júnior 170

3. Superior Tribunal de Justiça – Estupro de Vulnerável. Tipicidade Material. Consentimento e Casamento Posterior. Restabelecimento de Sentença Condenatória. Recurso Provido <i>Rel. Min. Sebastião Reis Júnior</i>	175
4. Superior Tribunal de Justiça – Cabimento de Apelação Contra Decisão Interlocutória que Indeferiu Levantamento de Sequestro de Valores. Inadequação. Recurso Improvido <i>Rel. Min. Joel Ilan Paciornik</i>	183
Diretrizes para Submissão de Artigos Doutrinários	189